

Of. DEN nº 118/2025

Brasília, 19 de dezembro de 2025

Aos Senhores

**JOSÉ LOPEZ FEIJÓO**

Secretário de Relações de Trabalho

**JOSÉ CELSO CARDOSO JR.**

Secretário de Gestão de Pessoas

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI)

Brasília – DF

**C/cópia à Secretária-Executiva da Controladoria-Geral da União e ao Secretário do Tesouro Nacional**

**Assunto: Instrução do anteprojeto de reorganização da Carreira de Finanças e Controle - Termo de Acordo (TA) nº 41/2024**

Senhores Secretários,

1. Cumprimentando-os, reportamo-nos à nossa reunião de 3 de dezembro último, em que tratamos do TA nº 41/2024, firmado entre o UNACON Sindical e o MGI em 21 de novembro de 2024, em que definimos um prazo para finalização (fevereiro de 2026) e envio ao Congresso Nacional do projeto de reorganização da Carreira de Finanças e Controle.
2. Inicialmente, registramos que **o pactuado na reunião de abertura do Grupo de Trabalho (GT) de reorganização da Carreira, em 17 de janeiro de 2025, foi que o Sindicato enviaria para o MGI o anteprojeto de lei consensuado pelos órgãos supervisores (CGU e STN)**, o que ocorreu no dia 31 de julho último, complementado em 12 de agosto (Of. DEN nº 76/2025), com sugestões do Sindicato após consulta aos filiados.
3. Em nossa reunião de 3 de dezembro, no entanto, **o secretário José Celso Cardoso Jr. informou que os órgãos supervisores não haviam instruído o anteprojeto**, pois a minuta deveria ser acompanhada de: a) exposição de motivos; b) informações de impacto orçamentário e financeiro e memória de cálculo; c) parecer da área técnica e jurídica de CGU e STN.
4. Ocorre que, **em reunião com dirigentes dos órgãos supervisores, que nos leem em cópia, a secretária-executiva da CGU, Eveline Martins Brito, em 12 de dezembro, e com a secretária adjunta da STN, Viviane Varga, em 18 de dezembro, ambas informaram que não foram instadas pelo MGI a providenciarem os documentos referidos**, o que nos causa preocupação, haja vista tratar-se de um TA assinado há mais de um ano e, sobretudo, em função da curta janela legislativa em 2026.
5. Assim, pedimos que MGI, CGU e STN articulem melhor sua comunicação, a fim de darem celeridade ao cumprimento integral do pactuado no TA nº 41/2024.
6. Sem mais, firmamo-nos.

**Rudinei Marques**  
Presidente